

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Reunião Ordinária de 19 de novembro de 2020 – webconferência

Resumo Executivo 30/2020

01. Resumos Executivos: aprovados os Resumos Executivos 02 a 25/2020: aprovados.

02. Revisão dos atos normativos conforme Decreto 10.139/19: a servidora Flávia Costa fez a textualização do Decreto, para conhecimento dos presentes, uma vez que irá demandar trabalho muito extenso e precisará esforço conjunto de toda a instituição. O decreto, de 28/11/2019, determina que as instituições públicas revisem todos os documentos hierarquicamente inferiores a decreto. Explicou que quase tudo que se aprova são atos normativos. Só poderão ser editadas portarias, resoluções e instruções normativas. Documentos serão numerados sequencialmente, independente de troca de ano civil, menos os pessoais, que serão reiniciados anualmente. Portarias de pessoal serão separadas. No início de cada ano do mandato presidencial, os atos normativos devem ser revisados. Explicou como será feita a revisão e consolidação dos atos normativos vigentes, que serão republicados e revogados os anteriores. Foram identificados 41 IN, 20 IS, 28 portarias e 90 resoluções, como atos normativos vigentes. Citou problemas encontrados em documentos. Apresentou a proposta de trabalho, que será desenvolvido em cinco etapas: avaliação do conjunto dos atos normativos por pertinência temática, avaliação individual dos atos normativos, quanto a conteúdo, forma e redação, elaboração de proposta de ato normativo revisado ou consolidado, aprovação pelas instâncias responsáveis e publicação no DOU e site institucional. Os atos poderão ser revogados, mantidos ou consolidados. Os atos mantidos deverão ser revisados. Os prazos para finalização do trabalho foram definidos de acordo com a complexidade dos atos: 26/02, 31/05, 31/08 e 30/11/2021. Reitor considera um ano um prazo exíguo para concluir o trabalho. A diretora Ana Paula Silva considera difícil, mas há perspectiva de conseguir, que vamos dar um passo de cada vez. Lembrou que o prazo já foi dilatado em função da pandemia. Servidora Flávia Costa sugere já começar a discussão dos atos mais complexos. O reitor disse que há atos que não quer que sejam priorizados e citou a portaria, antiga, que garante a flexibilização das 6 horas, e que não deve ser mexida, nem priorizada. A servidora Flávia Costa entende que deve ser atualizado, uma vez que o documento é Cefet. Respondendo ao diretor Mack Pedroso, a diretora Ana Paula Silva disse que os atos são do instituto, que no primeiro momento serão tratados os atos ditos institucionais para, posteriormente, analisar os demais, de caráter de organização interna das unidades. O diretor sugeriu reunião com as chefias de gabinete, para esclarecer os tipos de documentos. Reitor propôs estabelecer um cronograma de ação. Diretora Ana Paula Silva disse que, na primeira etapa, irão trabalhar com pró-reitorias e diretorias sistêmicas, para analisar e entender a complexidade dos documentos de suas competências.

03. Avaliação docente pelos discentes: o diretor Rocelito Andrade explicou que nos conselhos de classe surgiram algumas situações envolvendo a avaliação dos docentes pelos estudantes; apresentou lâminas mostrando IFs que já fazem essa avaliação, que objetiva melhorar a escola como um todo e fornece subsídios para tomada de decisões pela gestão. Apresentou modelos adotados em algumas instituições, todos garantindo confidencialidade, só expondo a avaliação do curso. Pergunta se não seria momento de alavancar a ideia, fazendo um plano piloto e levando ao Conselho. O reitor disse haver avaliação da CPA para curso superior, que é estendida

aos outros cursos. O pró-reitor Rodrigo Nascimento considerou importante a pauta e disse estarmos com conceito muito ruim na CPA. A avaliação questionou não haver sala CPA em todos os câmpus que têm curso superior. Salientou que a avaliação do aluno é importante para a permanência e êxito e também para a autoavaliação pedagógica do professor. Diretor Alexandre Pitol disse que anualmente é feita no seu câmpus. Diretora Ana Paula Silva lembrou que planejamento e avaliação precisam andar junto e está sendo feito trabalho para alinhar com o PDI, que tem objetivo estratégico relacionado; que a CPA é o braço forte para isso. Diretor Celso Gonçalves acha importante, mas é preciso definir o que fazer depois de ter em mãos a avaliação. Diretor Rocelito Andrade lembrou que em sua apresentação, a avaliação conta para a progressão. Diretor Tales Amorim lembra que também é importante saber como fazer com o resultado das avaliações e quem vai fazer; que é muito complexo e delicado lidar com esse tipo de coisa, por isso tem que ser bem planejado. O pró-reitor Nilo Pozza destacou a importância que a avaliação tem nos processos de redistribuição e permuta. Algumas instituições exigem que seja colocada a avaliação. Falou sobre a Port. 554 MEC, de 2013, art. 7º inciso 2º, que estabelece diretrizes para avaliação de desempenho da carreira docente. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30686939/do1-2013-06-21-portaria-n-554-de-20-de-junho-de-2013-30686935. Desde esta data estamos carecendo de regulamentação interna. Diretor Carlos Correa questionou os itens da avaliação do estágio probatório, que são falhos; concordou com o posicionamento do diretor Tales Amorim e disse que o problema vai ficar com o coordenador; que o posicionamento dos alunos não é fidedigno, por medo de serem perseguidos. O pró-reitor Nilo Pozza disse que a PROGEF dá suporte para que não exista perseguição. O reitor considerou que estamos no meio de uma pandemia, APNP, fim de ano, período inapropriado para começar a discussão. **Encaminhamento:** o reitor encaminhou no sentido de que a PROEN, passado esse momento excepcional de pandemia e após o retorno das atividades pedagógicas à normalidade, proceda o estudo do tema, apresentando-o ao CODIR.

04. Portaria 983, de 18/11/2020: o reitor explicou que o CONIF sempre pediu para o MEC chamá-lo para discutir a portaria antes de emití-la, o que não aconteceu. A portaria vai modificar a RAD e pode prejudicar também o incentivo à pesquisa e extensão. O pró-reitor Rodrigo Nascimento explicou que a RAD está praticamente finalizada. A portaria convalida e ao mesmo tempo revoga a portaria 17, entra em vigor em 1º de dezembro e dá o prazo de 180 dias para a regulamentação institucional. Apresentou alguns pontos da portaria em lâminas. Aguarda manifestação do CONIF e do FNDE. O reitor sugeriu comunicar à comissão da RAD que aguarde a reunião do CONIF para depois reunir-se. O trabalho deve ficar pronto até abril, levando a um CONSUP extraordinário a adequação da RAD. Diretor Celso Gonçalves questionou a situação de professores cuja disciplina não atinge o número mínimo de horas-aula. O pró-reitor sugeriu que o professor participe de cursos FIC ou faça projetos de ensino.

Encaminhamento: após reunião do CONIF, chamar reunião da comissão da RAD e começar a discutir a portaria.

05. Processo seletivo: o reitor relatou a reunião com Dr. Max Palombo, onde apresentou as possibilidades de ingresso. Dr. Max disse não haver impeditivo para escolha da sistemática e manifestou sua posição pessoal, de ser contrário ao sorteio. Defendeu a meritocracia na seleção e a realização de processo presencial, por entender já haver condições de realizá-lo; que até o ENEM vai ser presencial. Apesar de contrário, acha o sorteio melhor do que a avaliação de notas, inclusive para o integrado; não fará nenhuma ação contra a instituição pela escolha; se receber alguma ação, fará o encaminhamento normal. O reitor disse que o CONSUP de dezembro definirá a forma de ingresso. O pró-reitor Rodrigo Nascimento disse que o procurador jurídico do IF MT aprovou a análise do histórico para ingresso na graduação. O reitor Flávio Nunes considera imprescindível ao menos uma redação. Diretor Mack Pedroso solicita divulgação de que vai haver processo seletivo, independentemente do tipo de prova e data de realização.

Diretor Carlos Correa considera que MP deveria ser parceiro das instituições. Fará reunião geral na próxima quarta-feira para discutir a continuidade de atividades. Preocupado com nora sobre ingresso, pois o câmpus não está trabalhando as disciplinas, não havendo fluxo de estudantes. O reitor destacou que o promotor está no seu papel e que até agora não judicializou nenhuma das muitas questões que nos encaminhou. Sobre a nota, deverá ser um texto bem cuidado para não gerar falsas expectativas. Defendeu que a decisão sobre forma de ingresso, específico para esse momento de pandemia, deverá valer para toda a instituição, para a entrada do ano que vem, que representa o segundo semestre 2020. Diretor Alexandre Pitol questionou a possibilidade e da alteração da oferta de vagas no subsequente, a princípio. Diretora Ana Paula Silva e pró-reitor Rodrigo Nascimento consideram possível a alteração do POV. Diretor também considera ser necessário alteração no curso de Ciências da Computação. Diretora Magda Santos também questiona a possibilidade de cada câmpus ter uma modalidade diferente para ingresso. Considera importante fazer ingresso agora, mesmo que 2020 termine em agosto, para garantir alunos, antes que se matriculem em outras escolas, oferecendo-lhes projetos de ensino até o efetivo ingresso. O reitor ratificou o ingresso igual para todos, mas serão feitas novas discussões. Diretor Celso Gonçalves fez reunião e discutiu ingresso, tendo o câmpus optado pelo sorteio. Defende que seja mantida a isonomia institucional na forma de ingresso, com o que concordaram os diretores Mack Pedroso e Carlos Correa. O reitor lembrou que a unidade institucional está amparada na lei de criação dos institutos, que deu autonomia pedagógica aos câmpus e que sempre foi respeitada pelas gestões. Estamos discutindo para definir qual o melhor caminho, mas o CONSUP é que dará a decisão final. O diretor Alexandre Pitol disse que a regionalidade deve ser respeitada. Respondendo ao diretor Jeferson Wolff, o reitor explicou que quinta-feira próxima poderemos fechar a forma das duas propostas para levar ao Conselho. **Encaminhamento:** o reitor pediu que a chefe de gabinete solicite à CCS matéria falando sobre a oferta de vestibular. A matéria deverá ser trazida ao CODIR para apreciação.

06. Grupo de estudos para a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018: a diretora Ana Paula Silva explicou que entrou em vigor e vamos ter que atuar. Precisamos indicar encarregado de dados e não sabemos quem poderá ser essa pessoa, que precisa ter alguns requisitos (área de TI, Direito e Informações). Reitor propôs um grupo exploratório para estudar a questão, composto pela Ana Paula Silva, Carla Pires, representante da PROGEP e PROEN e o diretor Rodelito Andrade; algumas instituições estão aproveitando servidores que estão fazendo pesquisa na área. Será auditado já em janeiro do ano que vem, multas a partir de agosto de 2021.

Encaminhamento: considerando o prazo para indicar responsável vencer amanhã, emitir e enviar portaria criando o grupo de estudos e pedindo prorrogação da data para a indicação.

07. Participantes: Flávio Luis Barbosa Nunes, Alexandre Pitol Boeira, Amauri Costa da Costa, Ana Paula Nogueira e Silva, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Celso Silva Gonçalves, Cláudia Redecker Schwabe, Cristian Oliveira Conceição, Daniela Volz Lopes, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Gisela Loureiro Duarte, Giulia D'Avila Vieira, Jeferson Fernando de Souza Wolff, Júlio Cesar Costa da Costa, Magda Santos dos Santos, Marco Antônio da Silva Vaz, Nilo André Pozza Rodrigues, Rodelito Lopes de Andrade, Rodrigo Nascimento da Silva, Tales Emílio Costa Amorim, Flávia Katrein da Costa, Mônica Remde, Carla Simone Guedes Pires, Júlio Cesar Costa da Costa, Vinicius Martins.